

ETA: um fim que teima em não chegar

Filipe Vasconcelos Romão

Universidade de Coimbra e Universidade de Deusto

A prisão de Miguel de Garikoitz Rubina, conhecido como Txeroqui, suposto chefe operacional da ETA e executor de vários crimes, veio confirmar o bom momento das autoridades de Espanha e de França na luta contra a organização radical basca. A cooperação entre os governos dos dois países parece constituir a arma mais eficaz na luta contra o terrorismo que, ano após ano, permite um cada vez maior número de detenções e de anulações de potenciais acções armadas, antes da sua materialização. A recente queda do «Comando Navarra», mesmo antes de agir, é ilustrativa do fosso que se cavou entre o actual momento da luta contra a ETA e, por exemplo, os anos 80, quando a organização contabilizava, todos os meses, várias acções com vítimas mortais. Nessa época, França constituía um «santuário», no qual os radicais bascos podia actuar quase impunemente.

Simulando ignorar que o número de detenções e de desmantelamento de comandos não se deteve durante o atribulado «processo de paz» que decorreu entre meados do ano 2006 e o princípio de 2007, as direitas política, social e mediática espanholas, com maior ou menor grau de radicalidade, aproveitam cada detenção para afirmar ser esta a única via para a extinção da ETA. Sub-repticiamente, vão passando a mensagem de negação total de uma negociação, seja em que circunstâncias for. Alguns jornalistas desta área, chegam mesmo a citar o exemplo do IRA como uma instituição que foi «encostada às cordas», parecendo, espantosamente, ignorar que o processo negocial é apresentado como paradigmático (com algum grau de exagero) pelos que defendem as conversações.

Com efeito, cada detenção debilita a estrutura da ETA. No entanto, num Estado de direito democrático, é impossível controlar os inúmeros independentistas bascos que simpatizam com a luta violenta e que estão dispostos, por acção ou omissão, a colaborar para a secessão do País Basco. Mesmo quando restarem muito poucos, haverá sempre alguém disposto a agir. Numa guerra convencional, é possível chegar a uma capitulação total pela força das armas. Os adversários lutam com armas de natureza semelhante e de forma relativamente previsível. Num conflito violento com presença de terrorismo, a violência materializa-se em acções de muito menor dimensão e com objectivos muito mais modestos, que contam, sobretudo, com o

factor surpresa. Isto torna-as muito mais difíceis de detectar: algo será sempre passível de passar pelas «malhas» policial e judicial. A médio e longo prazo, se o Estado espanhol se limitar à repressão, continuará a encher as suas prisões, fruto de uma regeneração dos elementos da ETA, que se torna gradualmente mais lenta, mas que insiste em não cessar.

A perspectiva de uma negociação voltará a surgir. Pelo que podemos ver na última oportunidade, tudo dependerá do alinhamento dos agentes políticos no Estado espanhol e no País Basco. E, mais do que da atitude do governo, tudo poderá depender da atitude de quem esteja na oposição. Se se pretender, novamente, entrar numa escalada de radicalização nacionalista espanhola, levada a cabo com a liberdade inerente a quem não exerce responsabilidades de poder, as negociações não beneficiarão da imprescindível conjuntura de sobriedade. Se a atitude for responsável e não provocar uma série de constrangimentos ao governo que erga uma autêntica frente de combate paralela, poderão surgir frutos.

No quadro actual, esta perspectiva parece distante. O Partido Popular (PP) enveredou por uma dialéctica contrária às conversações. Esta permanece, apesar de algumas mudanças cosméticas de linguagem. Depois de três anos de profunda violência verbal na sua oposição ao governo, ficou um lastro de aversão ao diálogo. Se antes os políticos do PP diziam que se podia negociar com garantias do fim definitivo da violência sobre a mesa, agora só falam em saída policial e judicial. Resta saber se, caso regressem ao governo, a atitude se mantém. A julgar pela acção de José Maria Aznar em 1998, isto não irá acontecer.

Filipe Vasconcelos Romão .Universidade de Coimbra e Universidade de Deusto